

Atos e Despachos das Comissões

id: 7957863

EDITAL NUPEMEC Nº 2/2024

PROCESSO SELETIVO DE CANDIDATOS ÀS VAGAS PARA ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA EM JUSTIÇA RESTAURATIVA.

O PRESIDENTE DO NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS (NUPEMEC) DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Desembargador César Felipe Cury, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público o EDITAL DE SELEÇÃO PARA ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA EM JUSTIÇA RESTAURATIVA, a serem realizadas na Escola de Mediação (EMEDI), conforme especificado nos Anexos II e III - Calendário do Curso, com carga horária total de 16 (dezesesseis) horas cada. O processo seletivo será regido por este Edital e coordenado pelo Serviço de Apoio à Justiça Restaurativa (SEAJU), do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), conforme Anexo I – Cronograma.

I - DO OBJETIVO DOS CURSOS E DO PÚBLICO-ALVO

1.1 Os cursos deste Edital objetivam fornecer subsídios teórico-práticos para a replicação dos projetos abaixo indicados, sendo oferecidos pelo NUPEMEC em parceria com a EMEDI com o fito de capacitar Facilitadores Restaurativos já cadastrados, ou em fase de cadastramento, para a realização dos Projetos “Círculos para Homens no Contexto da Lei Maria da Penha” e “Círculos de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar” nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC).

1.2 Atendendo à Resolução CNJ nº 526/2023, serão reservadas 10% (dez por cento) das vagas ao Programa de Preparação à Aposentadoria e de Valorização do(a) Magistrado(a) Aposentado(a).

1.3 A ordem de classificação no processo seletivo será utilizada para fins de chamada para a participação no Curso, mediante a solicitação de abertura de turmas pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) à Escola de Mediação (EMEDI), durante a vigência deste Edital.

II - DAS VAGAS

2.1 O processo seletivo objetiva o preenchimento de vagas destinadas EXCLUSIVAMENTE aos Facilitadores Restaurativos já cadastrados, ou em fase de cadastramento pelo TJRJ, para os seguintes cursos de aprofundamento em JUSTIÇA RESTAURATIVA:

1 - “Facilitação de Círculos para Homens no Contexto da Lei Maria da Penha” - 24 vagas, sendo 12 para homens e 12 para mulheres;

2 - “Facilitação de Círculos de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar” - 24 vagas.

III - DA DINÂMICA DOS CURSOS

3.1 Cada capacitação contará com 16 (dezesesseis) horas de duração e será desenvolvida na modalidade PRESENCIAL, na sede da Escola de Mediação (EMEDI), situada à Avenida Erasmo Braga, nº 115, Lâmina I, Bloco F, Sala 426, Centro, Rio de Janeiro - RJ.

3.2 O Curso será realizado por meio de metodologias ativas, privilegiando-se atividades vivenciais.

3.3 CALENDÁRIO DE AULAS DOS CURSOS

3.3.1 As aulas serão ministradas na modalidade PRESENCIAL conforme listado abaixo e no Cronograma – Anexo I:

1 - “Facilitação de Círculos para Homens no Contexto da Lei Maria da Penha”, às sextas-feiras, dias 03, 10, 17 e 24 de maio de 2024, das 9h às 13 horas.

2 - “Facilitação de Círculos de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar”, às terças-feiras, dias 07, 14, 21 e 28 de maio de 2024, das 9h às 13 horas.

3.3.2 Excepcionalmente, as datas agendadas poderão ser alteradas a critério da EMEDI, mediante comunicação aos corpos docente e discente.

3.4 PARTICIPAÇÃO E APROVEITAMENTO

3.4.1 A aprovação nos cursos fica condicionada à comprovação de frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas.

IV - DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INSCRIÇÃO

4.1 Para se inscrever, o Facilitador Restaurativo já cadastrado, ou em fase de cadastramento, que estiver interessado deverá preencher formulário próprio, via FORMS, disponível no link <https://forms.office.com/r/F4rPTDWBjP>, indicando os CEJUSCs nos quais possui disponibilidade para atuação.

V - ETAPAS DE SELEÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO NOS CURSOS

5.1 Considerando a disponibilização de 2 (dois) cursos simultâneos, o candidato deverá, no preenchimento do formulário, indicar sua ordem de preferência para a inscrição em cada curso de aprofundamento ou manifestar interesse exclusivo em somente uma das capacitações. Os aprovados serão matriculados em **apenas uma das turmas**, salvo se restarem vagas não preenchidas.

5.2 No curso voltado para a facilitação de círculos para homens, será realizada a distribuição equânime das vagas entre homens e mulheres.

5.3 A análise dos locais de atuação levará em consideração a inserção de dois facilitadores por cada CEJUSC.

5.4 Critérios de desempate:

1º - Ser chefe de CEJUSC.

2º - Apresentar disponibilidade para atuação no maior número de CEJUSCs e/ou itinerância.

3º - Maior tempo de cadastro no TJRJ como Facilitador Restaurativo.

4º - Maior idade.

VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 A inscrição do candidato implicará aceitação prévia das normas contidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização da seleção. Ambos os cursos serão ministrados pela EMEDI, sem custos aos candidatos selecionados na forma prevista pelo presente Edital.

6.2 Conforme item VII do Termo de Compromisso previsto no Ato Executivo nº 18/2023, o facilitador deverá integrar escala regular de indicação para a realização de no mínimo 2 (duas) práticas restaurativas mensais.

6.3 Após a capacitação, os Facilitadores Restaurativos deverão, **obrigatoriamente**, conduzir um mínimo de 2 (dois) grupos, no prazo de dois anos, de acordo com a metodologia apresentada no curso. O Projeto "Círculos para Homens no Contexto da Lei Maria da Penha" prevê 8 (oito) encontros, realizados quinzenalmente, totalizando, portanto, 16 (dezesesseis) círculos. O Projeto "Círculos de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar", prevê 6 encontros, realizados quinzenalmente, totalizando, portanto, 12 (doze) círculos.

6.4 Dúvidas e esclarecimentos sobre este Edital deverão ser endereçadas exclusivamente ao e-mail: nupemec.eventos@tjrj.jus.br.

6.5 Fazem parte deste edital: Anexo I – Cronograma; Anexo II – Calendário do Curso "Círculos para Homens no Contexto da Lei Maria da Penha"; Anexo III - Calendário do Curso "Círculos de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar".

6.6 As situações omissas serão encaminhadas para apreciação deste Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC).

6.7 O referido edital tem o prazo de validade de um ano a contar da publicação.

Rio de Janeiro, 9 de abril de 2024.

Desembargador CÉSAR FELIPE CURY
Presidente do NUPEMEC

ANEXO I

CRONOGRAMA

FASE	DATAS/HORÁRIOS
Inscrição (a partir da publicação no DJERJ)	Até 18/04/2024 – 20 horas
Resultado da seleção (publicação no DJERJ)	25/04/24
Envio do resultado da seleção aos selecionados (via e-mail)	25/04/24
Envio da listagem dos aprovados à EMEDI	25/04/24

ANEXO II

CALENDÁRIO DAS AULAS DO CURSO "FACILITAÇÃO DE CÍRCULOS DE ACOLHIMENTO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR"

DATA	HORÁRIO	MODALIDADE
07/05	9h-13h	Presencial
14/05	9h-13h	Presencial
21/05	9h-13h	Presencial
28/05	9h-13h	Presencial

Obs. Excepcionalmente, as datas do curso poderão ser alteradas a critério da EMEDI, mediante comunicação aos corpos docente e discente.

ANEXO III

CALENDÁRIO DAS AULAS DO CURSO "FACILITAÇÃO DE CÍRCULOS PARA HOMENS NO CONTEXTO DA LEI MARIA DA PENHA"

DATA	HORÁRIO	MODALIDADE
03/05	9h-13h	Presencial
10/05	9h-13h	Presencial
17/05	9h-13h	Presencial
24/05	9h-13h	Presencial

Obs. Excepcionalmente, as datas do curso poderão ser alteradas a critério da EMEDI, mediante comunicação aos corpos docente e discente.

id: 7970433

CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES - CEDES
SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE

PROC. ADM.: 2018-0095186

Origem: DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Assunto: PEDIDO DE REVISÃO/CANCELAMENTO DA SÚMULA Nº 70 DO TJ/RJ

DECISÃO

Trata-se de sugestão de cancelamento ou, subsidiariamente, de revisão do verbete nº 70 da Súmula da Jurisprudência Predominante do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, apresentada pela Douta Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, na forma dos artigos 121 e 122 do Regimento Interno 2023 desta Corte.

Enunciado assim ementado:

Nº. 70 "O fato de restringir-se a prova oral a depoimentos de autoridades policiais e seus agentes não desautoriza a condenação."
Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante nº. 2002.203.00001. Julgamento em 04/08/2003. Relator: Des. J. C. Murta Ribeiro. Votação por unanimidade. Registro de Acórdão em 05/03/2004.

Alega o requerente ter recebido ofício da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados informando que fora solicitado a este Centro de Estudos a revisão do verbete em tela.

Afirma que o tema já foi debatido em reuniões do CEDES, permanecendo inconclusivo a revisão, sendo proposta a seguinte redação: "a prova oral consistente em depoimentos de autoridades (civis e militares), de seus agentes e de outros servidores autoriza a condenação, desde que em consonância com outros elementos dos autos" (Ata da 22ª Reunião – 17/08/2015).

Aduz que nas 22ª e 35ª reuniões o Diretor da Área Criminal deliberou pela realização de estudos de aprofundamento do tema. Sustenta que a Defensoria Pública possui experiência empírica sobre a temática debatida. Demonstra "preocupação" com a interpretação que vem sendo conferida ao enunciado, no sentido de presumir a veracidade dos depoimentos prestados por autoridades e seus agentes.

Afirma ter realizado a análise de 1250 acórdãos publicados entre 2013 e 2016 nesta Corte, identificando três grupos diferentes de interpretação diretamente vinculada à valoração do testemunho policial. Aponta que não se pode aprioristicamente tomar os depoimentos dos agentes de segurança como dotados de credibilidade superior ao das demais testemunhas compromissadas.

Entende que o verbete nº 70 vem sendo aplicado "mecanicamente", com vistas a superar discussão sobre o tema. Aponta que alguns acórdãos vislumbram, com base na súmula em análise, "presunção de credibilidade", "presunção de veracidade" ou até "fé pública" nos depoimentos prestados por agentes de segurança, o que não seria objeto da redação daquela súmula.

Invoca o art. 203 do Código de Processo Penal, a exigir que a testemunha deve explicar as razões de sua ciência ou as circunstâncias pelas quais seja possível ao intérprete avaliar a credibilidade das declarações, de modo que não haveria margem para presunção aplicada por esta Corte em interpretação de enunciado sumular nº 70.

Sustenta que a matéria acaba por não ser objeto de debate pelos Tribunais Superiores, diante da vedação daquelas Cortes em rediscutir matéria de fato. Não obstante, invoca julgados daqueles Tribunais que se amoldam ao pedido de revisão aqui formulado, ou até mesmo julgados que se opõem à presunção adotada pelo TJRJ, eis que acolhem os depoimentos dos agentes de segurança em mesmo patamar aos das demais testemunhas.

Apresenta estatísticas no sentido de que mais de metade das condenações por tráfico de drogas no Estado do Rio de Janeiro se baseia exclusivamente nos depoimentos dos agentes de segurança. Não obstante, atribuir "presunção de veracidade" a estes depoimentos violaria as regras de interpretação do Processo Penal, eis que tal presunção somente poderia advir dos "fatos notórios".

De outra vertente, alega que, considerando a previsão do art. 155 do Código de Processo Penal, é vedado ao juiz concluir, pela mera reprodução dos depoimentos prestados em sede policial, que a sua repetição em juízo caracterize *produção* de prova. Entende que tal reprodução não transformaria o elemento indiciário em prova.